



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Fotos: Divulgação



Neto de Niemeyer reabre escritório do arquiteto na Avenida Atlântica

Neto e considerado o “fotógrafo oficial” de Oscar Niemeyer, Kadu Niemeyer reabriu o escritório do arquiteto na cobertura do Edifício Ipiranga, na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro. No local, fechado há 11 anos, Niemeyer trabalhou durante 61 anos até a morte, em 2012. Atualmente na dupla função de inventariante do espólio de Niemeyer e administrador do escritório, Kadu conta com o arquiteto Jair Varela, que assume como técnico responsável, com a experiência de quem esteve durante 45 anos com Oscar Niemeyer, inclusive no período em que ele trabalhou na Argélia. Uma das atividades que o escritório vai desenvolver é prestar serviço de consultoria para recuperação e adequação dos projetos originais de Niemeyer no Distrito Federal.



Projetos inéditos

O primeiro desafio de Kadu Niemeyer (foto) no escritório de arquitetura e urbanismo Oscar Niemeyer será a construção de 11 projetos saídos de seu traço, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Maricá (RJ). São todos inéditos e, por diferentes razões, não foram construídos, mas agora sairão do papel. Fundado em 1951, funcionando no mesmo edifício em frente às areias de Copacabana, o escritório Oscar Niemeyer vai completar 75 anos em 2026.

Joel Rodrigues/ Agência Brasília



Padre

O acordo entre GDF e sindicato para dar fim à greve dos professores foi selado em reunião no Palácio do Buriti na última quarta-feira. A assinatura foi no gabinete do governador Ibaneis Rocha, com a participação de representantes do Sinpro e dos secretários Gustavo Rocha (Casa Civil), Hélvia Paranaguá (Educação) e Ney Ferraz (Economia). Um ponto que chamou atenção de todos foi a fala do deputado distrital Chico Vigilante (PT) logo no início da reunião.

“Gustavo foi um padre (nessa negociação)”. Vigilante participou de todas as reuniões e tratativas de negociação entre GDF e a categoria e deu a entender que o sucesso para esse acordo tem relação com Gustavo Rocha.

Sem corte de ponto

O secretário-chefe da Casa Civil reassumiu as negociações assim que voltou de férias, no começo de junho, e fez questão de comandar pessoalmente as reuniões com a categoria. Ele também foi responsável por um feito inédito: trazer o Tribunal de Justiça do DF para mediar formalmente uma greve no serviço público. O chefe da Casa Civil, inclusive, intercedeu junto ao governador e ao secretário de Economia para que o ponto dos professores que aderiram à paralisação não fosse cortado, desde que a reposição das aulas seja concluída até o fim de julho para não prejudicar os estudantes no segundo semestre escolar.

Sindivarejista/Divulgação



Prioridade no Sindivarejista

O presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta, tem assegurado a interlocutores que não será candidato a qualquer cargo nas próximas eleições aqui no DF. Tem dito que estava focado na sua reeleição na entidade que comanda. O mandato vai até 2026.

Aniversário

A coluna *Eixo Capital* completa hoje 15 anos. Ela foi publicada pela primeira vez em 27 de junho de 2010.



À QUEIMA-ROUPA DESEMBARGADOR ROBERVAL BELINATI, 1º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT)

“A questão já está resolvida, definida, assim não vai ser preciso aguardar a manifestação do plenário do CNJ”

Kayo Magalhaes/CB/DA Press



Depois da decisão do presidente do CNJ, Luis Roberto Barroso, e do corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, o que vai acontecer com a promoção por merecimento no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios?

Inicialmente, resalto as palavras do eminente presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leôncio Júnior, no sentido de que o Tribunal de Justiça, em momento algum, desrespeitou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou os termos da Resolução 525/2023, ao promover um juiz para o cargo de desembargador. A decisão do Colegiado foi de 22 votos a favor da promoção de um juiz a 13 votos a favor da promoção de uma juíza. A questão foi debatida no pleno e venceu o entendimento de que a promoção deveria ser de um juiz, porque a promoção anterior tinha sido de uma juíza.

O que vai ocorrer agora?

O TJDFT vai promover uma juíza para o cargo de desembargadora, conforme determinado pelo CNJ e nos termos da Resolução 525/2023.

O senhor defendeu, em seu voto, o cumprimento da Resolução 525/2023 do CNJ, mas foi vencido, junto com outros 12 desembargadores. O TJDFT contrariou a resolução ao eleger uma lista só de homens para a promoção?

Mantenho o meu voto em favor da promoção, com lista exclusiva de mulheres, conforme determina a Resolução 525/2023. O Colegiado, por maioria, entendeu que a promoção poderia ser de um homem porque a promoção anterior foi de uma mulher. Mas a promoção anterior foi por antiguidade e, por isso, não poderia ter sido considerada,

segundo a Resolução 525/2023. Por isso, o CNJ suspendeu a promoção do TJDFT e mandou fazer outra, com lista exclusiva de mulheres.

Acredita que o TJDFT vai aguardar uma deliberação do plenário do CNJ antes de dar prosseguimento à promoção?

O CNJ, liminarmente, determinou a suspensão da promoção realizada e mandou fazer outra promoção, com lista exclusiva de mulheres. A questão já está resolvida, definida, assim não vai ser preciso aguardar a manifestação do plenário do CNJ. O presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leôncio Júnior, está tomando todas as providências para resolver a questão imediatamente.

Na sua opinião, há dificuldades de promoções por merecimento de mulheres nos tribunais?

O TJDFT nunca discriminou magistrada ou magistrado em promoções, ou em momento algum. Sempre valorizou a antiguidade. Com a nova política de promoções determinada pelo CNJ e pela Resolução 525/2023, o TJDFT fará tudo o que for possível para estabelecer a paridade de gênero, valorizando ainda mais o maravilhoso trabalho realizado pelas magistradas, conforme defende, com veemência, o presidente Waldir Leôncio Júnior, cuja gestão tem como prioridade valorizar o trabalho de todos, de homens e mulheres, concursados ou terceirizados.

Acha justa a resolução do CNJ?

Com a paridade de gênero, teremos decisões mais sábias e equilibradas. Não há qualquer dúvida de que as magistradas são aplicadas, inteligentes e muito competentes.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

JUDICIÁRIO

TJDFT formará lista feminina

Corte acatou a determinação do CNJ. A data da sessão para a escolha da nova desembargadora não foi definida

» MILA FERREIRA
» MARIANA NIEDERAUER

Após o imbróglio causado pela escolha do juiz Demétrius Cavalcanti para ocupar a cadeira de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a Corte do DF acatou a determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e formará uma lista exclusivamente feminina. Haverá uma sessão para escolha de um novo nome, com data ainda indefinida. Em decisão conjunta, o presidente do CNJ, ministro Luis Roberto Barroso, e o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, determinaram a suspensão da promoção de Cavalcanti a desembargador. Embora tivesse cinco dias de prazo, a contar de quarta-feira, o TJDFT enviou ontem ao CNJ as informações sobre o processo de promoção definido pelo Pleno do Tribunal.

Houve uma reunião ontem entre o corregedor nacional de Justiça, o presidente do TJDFT, Waldir Leôncio, e o juiz auxiliar da presidência do TJDFT, Eduardo Rosas, para discutir o descumprimento do critério de paridade de gênero por parte do tribunal. O conteúdo do encontro não foi divulgado.

Na contramão do que diz a Resolução 525/2023 do CNJ, o desembargador Demétrius Cavalcanti foi escolhido na última terça-feira para preencher o lugar do desembargador J.J. Carvalho, que faleceu este ano. De acordo com a resolução, nos tribunais onde há percentual inferior a 40% de mulheres no segundo grau, as promoções por merecimento devem se alternar entre listas mistas e listas exclusivamente femininas. Atualmente, o TJDFT conta com apenas 28,9% de mulheres no segundo grau, de acordo com informações do Painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário.

Paridade

Na última terça-feira, por 22 votos a 13, o Pleno do TJDFT decidiu pela composição de lista mista para a escolha do novo desembargador. Em seguida, foram indicados à promoção por merecimento os juízes substitutos de segundo grau Demétrius Gomes Cavalcanti, José Eustáquio de Castro Teixeira e Fabrício Fontoura Bezerra. Na votação final, Demétrius Gomes Cavalcanti foi o escolhido, por maioria simples. Em sinal de protesto, as desembargadoras Maria Ivatonia, Nilsoni de Freitas e Sandra Reves se absteram da votação.

Gustavo Moreno/STF



Presidente do CNJ, Luis Roberto Barroso explicou o critério de alternância

Posteriormente, o ministro Barroso explicou o critério de alternância para que haja uma paridade de gênero. “A resolução do CNJ determina que, nas promoções por merecimento, se para uma vaga tiver sido escolhido um homem, a vaga seguinte obrigatoriamente tem que ser de uma mulher até o mulher completar 40% de participação feminina”, detalhou.

“Não houve uma violação nem um descumprimento por parte do TJDFT, mas houve uma interpretação da resolução do CNJ que não corresponde aquela que o CNJ considera mais acertada. O que consideraram é que, como na vaga anterior que foi preenchida por antiguidade, uma mulher havia sido promovida, na vaga seguinte, que seria por merecimento, poderia ir um homem”, acrescentou.

A conselheira do CNJ Renata Gil chegou a enviar um ofício ao TJDFT orientando que o tribunal fizesse uma lista exclusivamente feminina, o que não aconteceu. O tribunal se pronunciou avisando que fará a lista somente com mulheres somente após a decisão do CNJ em suspender a promoção do juiz Demétrius Cavalcanti.

Ao *Correio*, a conselheira explicou que não há necessidade de

sessão plenária para cumprimento de uma decisão. “O cumprimento é via relatoria do próprio ministro Barroso, então, ele mesmo pode determinar o cumprimento da resolução pelo tribunal. A decisão de suspensão será possivelmente complementada por uma determinação de cumprimento.”

A seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) chegou a enviar um ofício ao presidente do TJDFT, Waldir Leôncio Júnior, solicitando esclarecimentos referentes à recente indicação para vaga de desembargador. O órgão reforçou a importância da paridade de gênero no tribunal. “A temática da paridade de gênero no Poder Judiciário e nas instituições em geral tem gerado urgente repercussão social e jurídica. Para a OAB, em particular, este tema é de valor inestimável e central para os princípios que defende”, disse trecho do ofício assinado pelo presidente da entidade, Paulo Maurício Siqueira, e enviado ao presidente do TJDFT. “O tema da paridade de gênero nos é tão caro que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), em decisão histórica, aprovou e implementou a paridade de gênero e cotas raciais para as eleições de todo Sistema OAB a partir de 2021”, frisou.